Demonstrações Financeiras

Concessionária Águas de Paraty S.A.

31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 8° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Concessionária Águas de Paraty S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de marco de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.324	7.185
Contas a receber de clientes	7	3.994	3.655
Estoques		328	126
Despesas antecipadas		98	70
Créditos com partes relacionadas	17	11	16
Tributos a recuperar		36	342
Convênio - PPP	12	363	3.657
Adiantamentos a terceiros		71	70
Outros ativos		41	78
		16.266	15.199
Não circulante			
Depósitos judiciais		6	-
Tributos diferidos		1.438	1.926
Tributos a recuperar		1	-
Ativo de direito de uso	8	545	761
Imobilizado	9	273	348
Ativo de contrato	10	6.765	3.557
Intangível	11	1.854	1.658
		10.882	8.250
	_	27.148	23.449

_	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		90	151
Empréstimos e financiamentos	13	8.052	237
Passivos de arrendamento	13	229	198
Obrigações tributárias	14	278	596
Obrigações trabalhistas		531	703
Ônus da concessão		6	7
Débitos com partes relacionadas	17	163	121
Convênio PPP	12	7.603	6.614
Outras obrigações		548	512
	=	17.500	9.139
Não circulante	-		
Empréstimos e financiamentos	13	-	8.009
Passivos de arrendamento	13	415	642
	-	415	8.651
Patrimônio líquido	18		
Capital social		19.814	19.814
Prejuízo acumulado		(10.581)	(14.155)
	-	9.233	5.659
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	- -	27.148	23.449

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida Custo dos serviços prestados Lucro bruto	19 20	19.403 (8.091) 11.312	21.217 (11.581) 9.636
Euclo bluto		11.312	9.030
Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais	21	(7.041) 1.064	(7.095) 74
		(5.977)	(7.021)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		5.335	2.615
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	22 22	1.076 (1.203)	961 (1.601)
		(127)	(640)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.208	1.975
Imposto de renda e contribuição social - corrente Imposto de renda e contribuição social - diferido	15a 15a	(1.147) (487)	(520) 1.926
Lucro líquido do exercício		3.574	3.381

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	3.574	3.381
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.574	3.381

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capita	al social	Prejuízo	Patrimônio
	Realizado	A integralizar	acumulado	líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	20.744	(930)	(17.536)	2.278
Lucro líquido do exercício	-	-	3.381	3.381
Saldos 31 de dezembro de 2023	20.744	(930)	(14.155)	5.659
Lucro líquido do exercício	-	-	3.574	3.574
Saldos 31 de dezembro de 2024	20.744	(930)	(10.581)	9.233

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.208	1.975
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido: Depreciação e amortização	482	462
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de	402	402
custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	1.115	1.346
Perdas de créditos das contas a receber	39	465
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(46)	(70)
Receita de construção ativo financeiro - PPP	(2.677)	(6.118)
Subsídio tarifário - PPP	(550)	-
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber	(378)	(405)
Estoques	(202)	15
Depósitos judiciais	(6)	9 (440)
Tributos a recuperar	171	(413)
Despesas antecipadas Outros ativos	(28) 36	(63) 18
Fornecedores	(61)	(2)
Obrigações tributárias	(315)	307
Obrigações trabalhistas	(172)	173
Ônus da concessão	` (1)	1
Partes relacionadas, líquidas	47	62
Outras obrigações	2.623	123
	5.285	(2.115)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.017)	(366)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.002)	(1.358)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(111)	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	3.155	(3.839)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(25)	(134)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(3.570)	91
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	46	75
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(3.549)	32
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	(195)	(167)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(197)	(262)
Parceria Público-Privada - PPP	4.925	6.935
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	4.533	6.506
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	4.139	2.699
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.185	4.486
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.324	7.185
•		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada à Rua Lorival Valentim dos Santos, n.º 297, Vila Colonial, no Município de Paraty, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma parceria público-privada patrocinada entre o Município de Paraty (Poder Concedente) e a Concessionária Águas de Paraty S.A. O edital de concorrência pública previa que fosse aberta licitação para que uma empresa — ou um consórcio de empresas — assumisse a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Sede de Paraty, com ações para implantação da coleta e do tratamento de efluentes, bem como para melhorias na qualidade e na distribuição da água. O Grupo Águas do Brasil foi o vencedor desta concorrência, através do Contrato de Parceria Público-Privada — PPP nº 008/2014, de 04 de fevereiro de 2014, com vigência de 30 anos, prorrogados por mais 10 anos, conforme 3º termo aditivo ao Contrato de PPP, firmado em dezembro de 2024.

Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, dotando a área urbana do distrito sede de Paraty de um novo sistema de esgotamento sanitário e de um sistema de abastecimento de água reestruturado, compatíveis com as necessidades de seus moradores e visitantes. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

A modalidade de concessão patrocinada definida no edital estabelece que os investimentos ocorram através de recursos próprios e de contraprestações públicas, pagas pelo Poder Concedente. Até 2019, os recursos públicos eram provenientes de contraprestações do FECAM -Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, da Eletronuclear, bem como pelas contraprestações orçamentárias municipais. No final de 2019, foi assinado o Segundo Aditivo entre a Concessionária e a Prefeitura Municipal de Paraty, objetivando readequar a política tarifária, garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e substituir o então sistema de garantia pública baseado no Fundo de Parcerias Público Privadas de Paraty por uma nova estrutura assentada na vinculação de receitas de royalties de petróleo. Em 16 de dezembro de 2024, a Concessionária firmou o 3º termo aditivo ao contrato de PPP, objetivando o seguinte: i) estabelecimento de novas metas de atendimento de esgoto; ii) estabelecimento de cronograma e percentual de desconto tarifário regressivo para tarifa de esgoto, quando esta começar a ser aplicada; iii) revisão da contraprestação orçamentária municipal, devida pelo poder público; iv) estabelecimento de medidas compensatórias para garantir a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, através de realinhamento tarifário e ampliação do prazo do Contrato de Concessão por mais 120 meses, a contar do ano de 2044, passando seu término para março de 2054.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Os valores de investimentos estimados estão apresentados abaixo:

- Investimentos: são estimados investimentos totais na ordem de R\$ 146.165 durante todo o período de concessão.
- Contraprestações públicas: totalizarão R\$ 141.400 ao longo dos 40 anos de concessão. Esses recursos serão aplicados diretamente em infraestrutura, incluindo a implantação e modernização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e implantação de rede de combate a incêndio no Centro Histórico.

Como remuneração pelos serviços, obras e intervenções realizadas no âmbito do contrato, a Concessionária fará jus ao recebimento (i) da receita decorrente da arrecadação das tarifas, de acordo com a estrutura tarifária, as quais serão todas cobradas diretamente dos usuários; (ii) dos preços referentes aos serviços complementares, os quais serão diretamente cobrados dos usuários; (iii) do pagamento da contraprestação orçamentária municipal; (iv) vinculação de receitas de royalties de petróleo; e, ainda, (v) da eventual aferição de receitas extraordinárias.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Paraty, sem contrapartida financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos--Continuação

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7.6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis.

A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária.

Alterações ao CPC 18: a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Empresa não possui investimentos.

Alterações ao CPC 02: as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

<u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão</u>

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

a) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber

A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

d) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	Hierarquia		31/12/	2024	31/12	/2023
	Classificação por categoria	do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros Equivalentes de caixa (aplicações financeiras) Contas a receber de clientes Crédito com partes relacionadas	Valor justo por meio de resultado Custo amortizado Custo amortizado	Nível 2 - -	11.291 3.994 11	11.291 3.994 11	7.121 3.655 16	7.121 3.655 16
Passivos financeiros Fornecedores Empréstimos e financiamentos Passivos de arrendamento Ônus da concessão Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado	:	90 8.052 644 6 163	90 8.052 644 6 163	151 8.246 840 7 121	151 8.246 840 7 121

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para esses ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado referese, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 25%
Ativo Equivalentes de caixa	CDI	11.291	12.971	12.551	13.391
Passivo Empréstimos e financiamentos	CDI	(8.042)	(9.239)	(8.939)	(9.538)
Passivo líquido		3.249	3.732	3.612	3.853
Efeito líquido		=	483	363	604
CDI (a.a.)			14,88%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	90	90	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.052	8.052	-	-
Passivos de arrendamento	644	229	262	153
Ônus da concessão	6	6	-	-
Débitos com partes relacionadas	163	163	-	-
	8.955	8.540	262	153
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	151	151	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.246	237	8.009	-
Passivos de arrendamento	840	198	226	415
Ônus da concessão	7	7	-	-
Débitos com partes relacionadas	121	121	-	-
	9.365	714	8.235	415

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Gestão de capital--Continuação

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanco patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

24/42/2024

24/42/2022

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	8.052	8.246
Passivos de arrendamento (Nota 13)	644	840
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(11.324)	(7.185)
Dívida líquida (a)	(2.628)	1.901
Total do patrimônio líquido (b)	9.233	5.987
Total do capital (a+b)	6.605	7.888
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	-39,79%	24,10%

6. Caixa e equivalentes de caixa

31/12/2024	31/12/2023
33	64
11.291	7.121
11.324	7.185
	33 11.291

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no período findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 96,25% do CDI (101,11% em 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	9.480	8.871
Clientes - parcelamento (b)	541	803
Pontos arrecadadores (c)	83	52
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(6.110)	(6.071)
	3.994	3.655

⁽a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	2.318	2.397
Não faturado	920	876
Vencidas		
Até 30 dias	434	426
De 31 a 60 dias	222	213
De 61 a 90 dias	129	126
De 91 a 180 dias	304	273
Mais de 180 dias	5.777	5.415
	10.104	9.726

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(6.071)	(5.606)
(+) Constituições	(1.344)	(1.600)
(-) Reversões	1.305	1.135
Saldo final	(6.110)	(6.071)

⁽b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

⁽c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2024			31/12/2023		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Valor líquido	Custo	acumulada	Valor líquido
Imóveis	1.074	(529)	545	1.074	(313)	761
	1.074	(259)	545	1.074	(313)	761

Saldos em

Movimentação do ativo de direito de uso:

Saldos em

	31/12/2023	Amortização	31/12/2024	
Imóveis	761	(216)	545	
=	761	(216)	545	
	Saldos em			Sald

 Saldos em 31/12/2022
 Adições Amortização
 Saldos em 31/12/2023

 Imóveis
 875
 102
 (216)
 761

 875
 102
 (216)
 761

9. Imobilizado

		31/12/2024		31/12/2023	
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	416	(291)	125	172
Veículos	20%	71	(69)	2	12
Máquinas e equipamentos	10%	36	(24)	12	15
Móveis e utensílios	10%	234	(157)	77	88
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	107	(50)	57	61
	=	864	(591)	273	348

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado

	Saldos em	∧ ≈	Dannasiasão	Declarations	Saldos em
_	31/12/2023	Adições	Depreciação	Reclassificação	31/12/2024
Equipamentos de informática	172	16	(64)	1	125
Veículos	12	-	(10)	-	2
Máquinas e equipamentos	15	-	(3)	-	12
Móveis e utensílios	88	9	(20)	-	77
Benfeitorias em imóveis de terceiros	61	-	(4)	-	57
_	348	25	(101)	1	273

	Saldos em					Saldos em
	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação	31/12/2023
Equipamentos de informática	133	94	(54)	(4)	3	172
Veículos	25	-	(13)	-	-	12
Máquinas e equipamentos	12	6	(3)	-	-	15
Móveis e utensílios	78	31	(21)	-	-	88
Benfeitorias em imóveis de terceiros	65	-	(4)	-	-	61
_	313	131	(95)	(4)	3	348

10. Ativo de contrato

	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção	6.765	3.557
	6.765	3.557

Movimentação do ativo de contrato:

Infraestrutura em construção	Saldos em 31/12/2023 3.557 3.557	Adições 3.550 3.550	Transferências (340) (340)	Baixas (1)	Reclassificação (1) (1)	Saldos em 31/12/2024 6.765 6.765
Infraestrutura em construção	Saldo em 31/12/2022 3.796	Adições 210	Transferências (15)	Baixas (431)	Reclassificação (3)	Saldo em 31/12/2023 3.557

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	_		31/12/2024		31/12/2023
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor Iíguido	Valor líquido
	amornzação amuai	Cusio	acumulaua	iiquido	liquido
Softwares e aplicativos	20%	212	(205)	7	11
Concessão/Infraestrutura	_	2.602	(755)	1.847	1.647
	_	2.814	(960)	1.854	1.658

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

		31/12/2024		31/12/2023
		Amortização	Valor	Valor
	Custo	acumulada	líquido	líquido
PMI - Proposta de Manifestação de Interesse	602	(212)	390	411
Captação	32	(1)	31	-
Adutoras	1	-	1	-
Estação de Tratamento de Água - ETA	190	(54)	136	144
Reservatório	19	(2)	17	8
Booster	5	-	5	-
Substituição/Expansão de rede de água	204	(33)	171	112
Ligação de água	102	(20)	82	76
Ligação de esgoto	62	(12)	50	52
Substituição/Expansão de rede de esgoto	369	(43)	326	143
Elevatória - esgoto	5	(1)	4	4
Emissário	19	(3)	16	15
Benfeitorias em imóveis de terceiros	22	(2)	20	6
Máquinas e equipamentos	970	(372)	598	676
	2.602	(755)	1.847	1.647

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas ⁻	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	11	-	(4)	-	-	7
Concessão/Infraestrutura	1.647	20	(161)	1	340	1.847
-	1.658	20	(165)	1	340	1.854
	Saldos em	A dio ão o	Amertização	Transferân	Saldos	

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	12	-	(3)	2	11
Concessão/Infraestrutura	1.650	132	(148)	13	1.647
	1.662	132	(151)	15	1.658

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Parceria Público-Privada - PPP

Conforme descreve a ICPC 01 – Contratos de Concessão e considerando as características estabelecidas no contrato de PPP, a infraestrutura construída é bifurcada em:

- (i) Ativo de contrato, constituído pela realização dos investimentos e baixado quando dos recebimentos das parcelas dos convênios firmados.
- (ii) Ativo intangível, compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar aos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato.

O percentual definido para segregação considerou o plano de investimentos a serem realizados durante o prazo de concessão e os valores recebidos/a receber através dos convênios.

O ativo financeiro e o ativo intangível são originados da receita de construção e os investimentos têm como contrapartida o custo de construção.

A recomposição tarifária é composta pela diferença de todos os repasses efetuados pela Prefeitura versus todo o investimento no ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou R\$ 2.677 de ativo financeiro (R\$ 6.118 em 2023) e recebeu R\$ 2.400 de contrapartida do convênio PPP (R\$ 2.400 em 2023), tendo reconhecido R\$ 550 de subsídio tarifário.

Em 31 de dezembro de 2024 a Concessionária possui R\$ 363 de ativo financeiro (R\$ 3.657 em 2023), à medida que o passivo referente ao convênio PPP, que representa os repasses recebidos e ainda não investidos, possui o saldo de R\$ 7.603 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.614 em 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos				
FINAME PSI (a)		6,00% a.a.	9	206
Capital de giro (b)	CDI	1,80% a.a.	8.043	8.040
Total de empréstimos e financiamentos			8.052	8.246
Circulante Não circulante			8.052 -	237 8.009
Arrendamentos Arrendamentos direito de uso (Vide nota 8)		15,75% e 15,80% a.a.	644	840
Circulante Não circulante			229 415	198 642
Endividamento total			8.696	9.086
Endividamento total - Circulante Endividamento total - Não circulante			8.281 415	435 8.651

(a) FINAME

A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e somam R\$ 2.700 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência de 24 (vinte e quatro) meses para início da amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2024 e 2025.

Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora).

(b) Capital de giro

O contrato de capital de giro possui valor de crédito de R\$8.000. Este contratado é amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., com vencimento para 2025.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como seque:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	8.246	8.521
Juros e encargos financeiros	1.005	1.209
Amortização de principal	(197)	(262)
Amortização de juros	(1.002)	(1.222)
Saldo final	8.052	8.246

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos--Continuação

Arrendamentos	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	840	904
Adições	-	102
Juros e encargos financeiros	110	137
Amortização de principal	(195)	(167)
Amortização de juros	(111)	(136)
Saldo final	644	840

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos				
	31/12/2024 31/12/20				
	Dívida	Dívida			
2025	-	8.009			
	-	8.009			

	Arrenda	mentos
	31/12/2024	31/12/2023
	Dívida	Dívida
2025	-	226
2026	262	262
Após 2026	153	154
-	415	642

14. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS/CSLL retidos	8	6
ISS	4	5
IRRF	11	26
PIS	31	84
COFINS	144	392
IRPJ	54	58
CSLL	26	25
	278	596

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.208	1.975
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(1.771)	(671)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo	(22)	(-)
Permanentes	(29)	(5)
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	-	244
Efeito referente a alíqueta de adicional de imposte de renda	24	24
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	- -
Outros ajustes	-	1.901
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	9	15
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	21	10
Total do imposto de renda e da contribuição social	(1.746)	1.518
Alíquota efetiva	33,52%	-76,86%

16. Provisão para contingências

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2024 os valores de R\$ 899 para contingências cíveis (R\$ 815 em 2023) e R\$ 400 para contingências trabalhistas (R\$ 367 em 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante: Créditos com partes relacionadas (a) Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	11	16_
Total do ativo circulante	11	16
Passivo circulante: Débitos com partes relacionadas (a) Águas das Agulhas Negras S.A. Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	_ 163	1 120
Total do passivo circulante	163	121
Resultado com partes relacionadas Despesas	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de gestão <i>(Mangement Fee)</i> (a) Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(865)	(759)
Total resultado com partes relacionadas	(865)	(759)

⁽a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 20.744 em 31 de dezembro de 2024 e 2023) e o capital a integralizar é de R\$ 930, perfazendo R\$ 19.814 de capital realizado, e está representado por 20.743.852 (vinte milhões setecentas e quarenta e três mil oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	19.292	16.949
Receita de construção	2.767	6.324
Cancelamentos	(346)	(54)
Receita Bruta	21.713	23.219
Deduções da receita bruta:	(4.722)	(4.540)
PIS e COFINS sobre serviços	(1.722)	(1.519)
Descontos concedidos	(588)	(483)
Receita líquida	19.403	21.217

20. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(155)	(148)
Ônus da concessão	(82)	(74)
Energia elétrica	(151)	(116)
Custo de construção	(2.767)	(6.324)
Materiais aplicados nos serviços	(452)	(594)
Salários e benefícios a empregados	(3.250)	(3.125)
Utilização de imóveis e telefonia	(7)	(5)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(425)	(406)
Serviços de terceiros	(634)	(605)
Depreciações e amortizações	(141)	(131)
Outros custos	(27)	(53)
	(8.091)	(11.581)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(3.091)	(3.189)
Utilização de imóveis e telefonia	(110)	(97)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(154)	(188)
Serviços de terceiros	(1.866)	(2.055)
Despesas com contencioso	(13)	(57)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(104)	(13)
Depreciações e amortizações	(309)	(300)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a		
receber	(39)	(465)
Outras despesas	(1.353)	(731)
	(7.041)	(7.095)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	819	643
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(52)	(47)
Juros e multas vinculadas à operação	309	362
Variação monetária sobre outros ativos	-	-
Outras receitas financeiras		3
	1.076	961
Despesas financeiras Juros com empréstimos e financiamentos Juros sobre arrendamentos Tributos sobre operações financeiras	(1.005) (103) (4)	(1.209) (137) (2)
Descontos concedidos Outras despesas financeiras	(78)	(251)
Outras despesas financeiras	(13)	(2)
	(1.203)	(1.601)
Resultado financeiro	(127)	(640)

23. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia de concessão	14/04/2024 a 14/04/2025	2.722
Seguro empresarial	02/10/2024 a 02/10/2025	10.000
Administradores	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição de direito de uso	-	(102)
	-	(102)